

**RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

**PEDRA BONITA
Janeiro/ 2015**

Prefeito Municipal

NOME	CPF
Trovão Vitor de Oliveira	021.731.316-72

Integrantes do Controle Interno

NOME	CPF
Petterson Luiz Nascimento Ribeiro (Presidente)	063.499.466-26
Alcir Martins Gomes	777.962.176-68
Zélia Ribeiro de Oliveira Souza	049.231.536-10

1. Apresentação

Nos termos do art. 74 da Constituição da República, art. 59 da Lei Complementar nº 101/00, art. 63 a 66 da Lei Complementar nº 33/94 e em atendimento ao disposto na Instrução Normativa **007/2007** do TCE/MG, ao art. 56 § 2º. e 3º. da Lei Orgânica do Município, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, apresenta-se o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do exercício financeiro de 2014.

2. Introdução

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2014 evidenciou mais uma vez a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

As exigências trazidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas estão se consolidando, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procurou-se durante o ano de 2014, otimizar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Sistema de Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Procurou-se organizar todas as ações a serem desenvolvidas no Município em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis, decorrentes do planejamento da receita e da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros, destinados, inclusive, a financiar despesas de custeio.

Na avaliação do cumprimento das metas correlacionou-se a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que o objetivo foi o de constatar se:

- a meta atingida foi a meta proposta?
- não poderia gastar menos ao se realizar a ação?
- a ação alcançou, de fato, os anseios da população?

Também se considerou a arrecadação das receitas do nosso Município, a qual superou as expectativas, sendo, portanto, suficiente para realizar quase todos os programas/ações definidos no PPA.

A LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a LOA do nosso Município. Ao elaborar a LDO selecionou-se dentre os programas/ações estabelecidos no PPA, aqueles que se consideraram prioritários na execução da LOA.

Desta forma a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e que orientou a elaboração da LOA.

Foram aplicadas também as normas para o controle e avaliação dos resultados dos programas e as condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas definidas na LDO, na Lei de Subvenções do Município, na Lei nº 4.320/64, na LRF, na Instrução Normativa nº 08/03 do TCE/MG e demais legislações.

3.1. Ações e metas estabelecidas no PPA e na LDO

Apresenta-se, a seguir, a avaliação do PPA a qual remete também para o cumprimento das prioridades relacionadas na LDO.

Quadro 1

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NO PPA E					
DEFINIDAS COMO PRIORITÁRIAS NA LDO					
EXERCÍCIO DE 2014					
AÇÕES PREVISTAS NO PPA E NA LDO	REALIZAÇÃO			VALOR	
	SIM	NÃO	PARCIAL	PREVISTO	REALIZADO
0.001 – Manutenção de Sentenças Judiciais			X	2.000,00	351,89
0.002 – Amortização de Dívida Contratada	X			370.193,00	212.757,07
1.012 – Extensão da Rede de Energia Elétrica	X			11.000,00	51.300,00
1.026 – Constr. Ou Recuperação de Casas Populares Rurais		X		10.000,00	0,00
1.035 – Desapropriação para Reg. De Terrenos do Município	X			0,00	110.000,00
2.006 – Recepções Homenagens e Comemorações	X			11.680,00	24.146,00
2.009 – Manutenção dos Serviços de Assessoria Jurídica	X			250.660,00	343.320,00
2.010 – Manutenção das Atividades da Administração	X			1.007.440,00	903.324,48
2.011 – Manutenção Despesas com Propaganda e Publicidade	X			43.470,00	40.331,94
2.017 – Manutenção Convênio com a Justiça Eleitoral	X			2.110,00	11.818,30
2.028 – Contribuição a Assoc. Mineira de Municípios	X			7.800,00	6.580,00
2.036 – Manutenção dos Subsídios do Vice Prefeito	X			109.680,00	84.202,17
2.038 – Contribuição a Conf. Nacional de Municípios	X			5.400,00	6.104,00
2.045 – Manutenção dos Subsídios do Prefeito	X			215.360,00	202.084,74
2.049 – Manutenção Convênio Polícia Militar	X			21.530,00	10.275,07
2.060 – Manutenção para Realização de Concurso Público		X		4.000,00	0,00
2.063 – Manutenção dos Subsídios dos Secretários	X			35.900,00	34.008,62
2.078 – Manutenção Convênio Polícia Civil		X		6.020,00	0,00
2.079 – Contribuição ao PASEP	X			191.630,00	173.846,84
2.089 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito	X			80.590,00	40.057,34
2.016 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Fazenda	X			153.630,00	144.922,46
2.056 – Manutenção das Atividades do Controle Interno	X			43.030,00	37.698,77
2.057 – Manutenção Serviços de Tributação e Arrecadação	X			30.440,00	35.860,40
2.058 – Manutenção Atividades dos Serviços de Contabilidade	X			389.040,00	279.327,00
2.069 – Manutenção dos Subsídios dos Secretários	X			35.900,00	36.445,08
2.019 – Manutenção do Conselho Tutelar da Criança	X			76.680,00	61.757,47
2.020 – Manutenção das Atividades da Assistência Social	X			449.090,00	463.827,02
2.061 – Manutenção Programa IGDBF, PAIF, CRAS e PROJOVEM	X			37.520,00	34.190,00
2.066 – Manutenção de Subsídios dos Secretários	X			48.130,00	48.129,48
2.072 – Manutenção Programa Renda Cidadã (BFM)	X			117.980,00	61.200,00
2.073 – Manutenção das Ativ. Programa Piso Mineiro		X		20.000,00	0,00
2081 – Subvenção a APAE	X			6.000,00	8.688,00
2.082 – Subvenção a AMAR		X		6.000,00	0,00

2.083 – Subvenção a CAIVE Casa Acol. Institucional V. Esperança	X			16.800,00	22.012,80
1.005 – Aquisição Equip. Ampliação Serv. Telefonia		X		2.000,00	0,00
1.019 – Const. E Ampliação do Sinal Repetido de TV		X		2.000,00	0,00
2.021 – Manutenção das Atividades de Cultura	X			14.090,00	9.936,00
2.053 – Manut. Festas Cívicas, Folclóricas e Populares	X			332.301,80	158.058,64
2.054 – Manutenção das Atividades do Turismo		X		2.720,00	0,00
2.071 – Manutenção dos Subsídios dos Secretários	X			42.030,00	27.914,92
2.022 – Manutenção Atividades da Secretaria de Educação	X			572.800,00	542.814,70
2.067 – Manutenção de Subsídios dos Secretários	X			61.960,00	40.870,65
1.021 – Construção de Escolas do Pré-Escolar		X		1.000,00	0,00
1.022 – Construção do Prédio da Creche Municipal		X		1.000,00	0,00
2.004 – Manutenção das Atividades da Creche	X			110.120,00	61.797,59
2.029 – Manutenção das Atividades do Pré-Escolar	X			15.430,00	10.752,00
1.007 – Aquisição Imóvel para Ensino Fundamental		X		1.000,00	0,00
1.009 – Aquisição de veículos para Transporte Escolar		X		20.000,00	0,00
1.013 – Const. E Ampliação Escolas Ens. Fundamental	X			3.200,00	105.996,34
2.007 – Manut. Atividade Transporte Escolar Ens. Fundamental	X			127.650,00	303.827,02
2.012 – Remuneração de Docentes do Magistério FEB 60%	X			2.126.090,00	2.387.216,36
2.013 – Manutenção do Transporte Escolar – FEB 40%	X			916.600,00	668.091,28
2.018 – Manutenção do Transporte Escolar – Rec. Convênio	X			150.630,00	125.552,88
2.024 – Manutenção do Ensino Fundamental	X			292.000,00	140.611,82
2.026 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental – FEB 40%	X			383.530,00	413.249,67
2.027 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	X			1.051.280,00	1.071.575,54
2.059 – Manutenção de Transporte Escolar em Convênio	X			103.000,00	127.787,10
2.015 – Manutenção Merenda Escolar – Recursos Convênio FNDE	X			149.100,00	94.569,40
2.023 – Manutenção da Merenda Escolar – Rec. Próprios		X		30.000,00	0,00
2.070 – Manutenção Merenda Escolar Recursos - PNAP		X		5.000,00	0,00
2.086 – Manutenção Atividades Transp. Ensino Superior		X		52.200,00	0,00
1.008 – Aquisição Moveis, Veiculo e Equip. Perm. Sec. Saude	X			1.300,00	31.000,00
1.023 – Construção e Ampliação de Postos de Saúde	X			11.000,00	463.578,66
2.025 – Manutenção Programa Saúde em Casa			X	30.110,00	2.100,00
2.030 – Manut. Atividades da Secretaria de Saúde	X			118.590,00	22.640,26
2.031 – Manutenção Programa Saúde Bucal	X			198.860,00	241.203,90
2.033 – Manutenção das Atividades Saúde – MS/SUS		X		1.500,00	0,00
2.034 – Manutenção Serviços Laboratório Análise Clínica		X		135.320,00	0,00
2.035 – Manutenção dos Serviços de Saúde	X			3.040.690,00	1.841.012,75
2.068 – Manutenção dos Subsídios dos Secretários	X			49.300,00	35.845,29
2.084 – Manutenção do Contrato de Rateio/ Transporte CISVERDE	X			19.800,00	22.120,00

2.085 – Contribuição ao Fundo Estadual Farmácia	X			12.000,00	9.417,69
2.051 – Manut. Atividades Vigilância Saúde - VIGSAN	X			23.000,00	4.982,78
2.055 – Manut. Atividades Saúde Vig. Epidemiológica - EPCDOE	X			54.090,00	36.794,70
2.032 – Manutenção dos Serviços de Saúde – Rec. PAB		X		89.570,00	0,00
2.037 – Manut. Ativ. Estratégia Saúde Família PSF		X		428.240,00	0,00
2.039 – Manut. Ativ. Prog. Agentes Comunitários Saúde	X			340.780,00	422.958,90
2.074 – Manutenção Atividades dos Serviços de Saúde	X			47.600,00	1.446.441,04
2.075 – Manutenção Atividades Programa PMAC	X			5.000,00	8.625,00
2.076 – Manutenção Atividades Programa NASF	X			19.100,00	43.096,00
2.077 – Manutenção Atividades Programa SETS	X			7.000,00	44.835,80
1.006 – Obras de Infraestrutura Urbana	X			24.780,00	444.621,49
1.030 – Construção e Amp. Praças, Parques e Jardins	X			11.000,00	94.107,64
1.031 – Const. Pav. E Calçamento Ruas, Avenida e Anexos	X			159.060,00	1.357.482,19
1.032 – Aquisição de Imóvel p/ Construção Casas Populares		X		10.000,00	0,00
1.034 – Const. e Rest. Casas Populares Urbanas		X		10.000,00	0,00
2.040 – Manutenção dos Serviços Limpeza Pública	X			590.130,00	572.458,38
2.041 – Manutenção das Atividades de Parques e Jardins		X		7.000,00	0,00
2.042 – Manutenção das Atividades dos Serviços Urbanos	X			257.970,00	211.122,82
2.043 – Manutenção das Atividades da Iluminação Pública		X		51.630,00	0,00
2.044 – Manut. Atividades da Secretaria Municipal de Obras	X			482.280,00	595.912,04
2.064 – Manutenção dos Subsídios dos Secretários	X			52.560,00	37.987,44
1.020 – Construção de Fossas Septicas	X			11.000,00	102.595,79
1.027 – Const. Canalização e Drenagem Agua Pluvial		X		10.000,00	0,00
1.028 – Const. e Ampliação Rede Esgoto Sanitário		X		121.000,00	0,00
1.033 – Ampliação da Rede de Abastecimento de Agua	X			27.500,00	131.904,30
2.046 – Manute. Serviço de Abastecimento de Agua	X			39.970,00	32.327,35
2.047 – Manut. Atividades do Serviço Rede e Esgoto	X			27.440,00	29.386,01
1.018 – Const. Amp. Estradas, Pontes, Mata-burros e anexo		X		20.000,00	0,00
2.048 – Manutenção das Atividades das Estradas Vicinais	X			991.440,00	1.026.834,72
1.010 – Construção do Ginásio Poliesportivo		X		1.000,00	0,00
1.011 – Construção do Estádio Municipal	X			1.000,00	222.307,57
2.005 – Manutenção Desporto Amador	X			52.750,00	155.134,44
2.014 – Reflorestamento de Nascentes		X		3.000,00	0,00
0.004 – Transferência de verba a Emater		X		1.000,00	0,00
2.008 – Manutenção das Atividades da Agricultura		X		1.500,00	0,00
2.050 – Manutenção dos Serviços do CMDRS		X		13.610,00	0,00
2.052 – Manutenção das Atividades Sec. Agricultura			X	6.380,00	74,69
2.062 – Agricultura e Pecuária		X		1.500,00	0,00

2.065 – Manutenção dos Subsídios dos Secretários	X			37.690,00	35.623,06
2.080 - Contribuição a EMATER		X		1.000,00	0,00
9.999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		X		40.000,00	0,00
Total				18.083.474,80	19.505.721,55

3.2. Metas de Receita, Despesa e Resultado Primário

Demonstra-se no quadro a seguir a avaliação das metas fiscais de Receitas, Despesas e Resultado Primário do exercício de 2014, estabelecidas na LDO, conforme determina o § 1º, do art. 4º, da LRF:

Quadro 2

AVALIAÇÃO DAS METAS DE RECEITA, DESPESA E RESULTADO PRIMÁRIO ESTABELECIDAS NA LDO EXERCÍCIO DE 2014		
DISCRIMINAÇÃO	META ESTABELECIDA (R\$)	REALIZADA (R\$)
Receita Total	20.698.225,00	20.806.823,35
(-) Aplicações Financeiras	133.997,00	83.057,05
(-) Operações de Crédito	132.548,00	1.083.853,93
(-) Receitas de Alienação de Ativos	146.234,00	0,00
(-) Dedução para o FUNDEB	1.954.750,20	1.967.749,49
= RECEITA FISCAL (I)	18.330.695,80	17.672.162,88
Despesa Total	18.703.090,20	20.165.720,97
(-) Juros e Encargos da Dívida	100.351,00	80.465,56
(-) Amortização da Dívida	269.842,00	132.291,51
(-) Concessão de Empréstimos		
(-) Títulos de Capital já integralizados		
= DESPESA FISCAL (II)	18.332.897,20	19.952.963,90
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	-2.201,40	-2.280.801,02

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

3.3. Metas de Resultado Nominal

Demonstra-se no quadro a seguir a apuração do Resultado Nominal alcançado no exercício de 2014, comparando-o com a meta estabelecida na LDO, conforme determina o § 1º, do art. 4º, da LRF:

Quadro 3

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ALCANÇADO E DA META ESTABELECIDNA NA LDO			
EXERCÍCIO DE 2014			
DISCRIMINAÇÃO	Realizado em 2013	Previsão para 2014	Realizado em 2014
Dívida Fundada (exceto dívida entre entidades da mesma esfera governamental, conforme determina o § 2º, do art. 1º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal)	219.704,66	82.286,83	82.286,83
(+) Precatórios emitidos a partir de 05.05.2000, incluídos no orçamento e não pagos			
(+) Operações de crédito (com prazo inferior a doze meses, que tenham constado como receitas no orçamento)			
= Dívida Consolidada	219.704,66	82.286,83	82.286,83
(-) Total do Ativo Disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras)*	689.048,20	472.781,57	472.781,57
(-) Haveres Financeiros (devedores diversos)*	66.504,44	47.851,56	47.851,56
(+) Restos a Pagar Processados*	501.604,89	1.292.807,17	1.292.807,17
= Dívida Consolidada Líquida	-34.243,09	82.286,83	82.286,83
(+) Receitas de Privatizações			
(-) Passivos Reconhecidos (parcelamento de dívida: INSS, FGTS, PIS/PASEP e outras)			
Dívida Fiscal Líquida	-34.243,09	82.286,83	82.286,83
RESULTADO NOMINAL			116.529,92

A Dívida Consolidada Líquida apresentou um aumento em relação ao saldo apurado em 31/12/2013. O aumento da Dívida Consolidada Líquida deve-se ao acréscimo significativo dos restos a pagar.

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

A LOA configurou-se em nosso Município como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procurou-se, através da mesma, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população, equacionando-as com os recursos disponíveis no Município.

4.1. Elaboração do Orçamento

A LOA do Município para o exercício financeiro de 2014, foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/64, na Portaria nº 42/99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 163/01 e suas alterações, nas demais Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e nas e demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da Lei n.º 0336/2013 de 06 de dezembro de 2013.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no Município e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA e na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Consagrando os princípios da democracia e da transparência e, ainda, atendendo ao parágrafo único, do art. 48, da LRF, foi assegurada à população a participação nos trabalhos de elaboração do orçamento.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos, verificada por meio de métodos estatísticos;
- Os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- A previsão do repasse do ICMS e do FPM;
- A expansão do número de contribuintes e as alterações na legislação tributária;
- A projeção das receitas de transferências de outros entes;
- A legislação vigente.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- Quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas na LDO;
- A implementação de programas de redução de despesas em caráter geral;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;
- A receita estimada;
- A legislação vigente.

A receita do Município foi, portanto, estimada em R\$ 18.743.474,80 (dezoito milhões, setecentos e quarenta e três mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos) e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 4

LEI ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2014			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
Receitas Correntes	18.573.849,00	Despesas Correntes	17.830.622,80
Receitas de Capital	2.124.376,00	Despesas de Capital	872.852,00
Deduções para o FUNDEB	(1.954.750,20)	Reserva de Contingência	40.000,00
TOTAL	18.743.474,80	TOTAL	18.743.474,80

Nota: Incluídas as receitas e despesas intra-orçamentárias.

4.2. Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, LRF e demais legislações pertinentes.

Após a publicação da LOA, atendendo o art. 8º da LRF, foram elaborados os quadros de Programação Financeira, Cronograma Mensal de Desembolso e Metas Bimestrais de Arrecadação, com o objetivo de buscar o equilíbrio das contas públicas.

Desta forma e de maneira bem simples atentou-se primeiramente para a receita, geração e montante, e depois se definiu a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas do Município.

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabeleceu-se o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através das cotas. Ou seja, primou-se por conhecer bem o comportamento das receitas durante o ano e atentou-se para quaisquer mudanças que de alguma forma poderiam alterar a produtividade de cada fonte durante o exercício financeiro de 2014.

Nestes aspectos a programação financeira – Receita, foi elaborada mensalmente com base:

- Na análise do comportamento de receita por receita;
- Nas indicações e orientações dos técnicos que trabalham direta e indiretamente com a arrecadação;
- Nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior;
- Nas informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2014;
- Nas informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;
- Na experiência e no bom senso.

Feita a programação da receita, estabeleceu-se o Cronograma de Desembolso Mensal – Despesa, por meio de:

- Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, contratos, parcelamentos de dívidas e convênios;
- Indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;
- Indicações dos técnicos que trabalham diretamente com a geração da despesa;
- Informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2014;
- Informações do setor de pessoal da entidade;
- Informações oriundas das receitas vinculadas estimadas;
- Indicações das próprias unidades administrativas da entidade com relação à programação mensal de suas despesas;
- Indicação das reservas técnicas;
- Informações relativas aos valores a serem repassados mensalmente para a câmara municipal;
- Previsão dos pagamentos dos restos a pagar de exercícios anteriores;
- Experiência e bom senso.

Após, elaborados a programação financeira e o cronograma de desembolso, efetuou-se a distribuição das cotas, que corresponde ao recurso financeiro liberado em determinado período de tempo. Estes instrumentos visaram regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

Durante todo o ano realizou-se o acompanhamento da receita e da despesa. Quando era verificada a frustração da receita realizada em relação à prevista, refazia-se todo o planejamento, procedendo assim à limitação de empenho, visando garantir o equilíbrio das contas públicas.

4.3. Balanço Orçamentário

Por meio do Balanço Orçamentário pode-se observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho desta administração em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

Quadro 5

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
EXERCÍCIO DE 2014							
RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)	TÍTULOS	FIXAÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)
Receitas Correntes	18.573.849,00	19.066.117,5 5	492.268,55	Créd.Orçamentários e Suplementares	19.405.812,8 2	19.405.721,5 5	(91,27)
Receitas de Capital	2.124.376,00	1.740.705,80	(383.670,20)	Créditos Especiais	100.000,00	100.000,00	0,00
Deduções para o FUNDEB	(1.954.750,20)	(1.967.749,4 9)	(12.999,29)	Créditos Extraordinários			
Soma	18.743.474,80	18.839.073,8 6	95.599,06	Soma	19.505.812,8 2	19.505.721,5 5	(91,27)
Déficit	762.338,02	666.647,69	(95.690,33)	Superávit	0,00	0,00	0,00
Total	19.505.812,82	19.505.721,5 5	(91,27)	Total	19.505.812,8 2	19.505.721,5 5	(91,27)

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

O valor da receita orçada para o exercício foi de R\$ 18.743.474,80 (dezoito milhões, setecentos e quarenta e três mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos) e a efetivamente arrecadada totalizou o montante de R\$ 18.839.073,86 (dezoito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, setenta e três reais e oitenta e seis centavos) ocorrendo um aumento de arrecadação no valor de R\$ 95.599,06 (noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e seis centavos).

4.4. Créditos adicionais

4.4.1. Créditos suplementares

Os créditos suplementares destinados ao reforço de dotações orçamentárias foram abertos em conformidade com o que prescreve o art. 40 da Lei nº 4.320/64 e art. 167, inciso V, da Constituição da República e respeitaram o limite autorizado na LOA e em leis especiais. Os créditos suplementares atingiram o valor de R\$ 10.920.299,18 (dez milhões, novecentos e vinte mil, duzentos e noventa e nove reais e dezoito centavos), sendo: R\$ 9.497.961,16 – (nove milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, novecentos e sessenta e um reais e dezesseis centavos) por anulação; R\$ 1.274.884,09 (hum milhão, duzentos e setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e nove centavos) por excesso de arrecadação e R\$

147.453,93 (cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e noventa e três centavos) por operação de crédito.

Quadro 6

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS NO EXERCÍCIO - 2013	
Lei Orçamentária de 2014	R\$ 18.743.474,80
(X) Limite dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária	60 %
(=) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária	R\$ 11.246.084,88
(+) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados por Leis Específicas	0,00
(=) Total dos Créditos Suplementares Autorizados	R\$11.246.084,88
(-) Total dos Créditos Suplementares Abertos no Exercício	R\$ 10.920.299,18
(=) Diferença a Maior ou a Menor	R\$ 325.785,70

4.4.2. Créditos especiais

Foram abertos créditos especiais no exercício de 2014.

Quadro 7

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS NO EXERCÍCIO – 2014	
Total dos Créditos Especiais Autorizados	R\$ 100.000,00
(-) Total dos Créditos Especiais Abertos no Exercício	R\$ 100.000,00
(=) Diferença a Maior ou a Menor	R\$ 0,00

4.4.3. Créditos extraordinários

No exercício de 2014, não foram abertos créditos extraordinários.

4.4.4. Excesso de arrecadação utilizado para a abertura de créditos adicionais

No exercício de 2014, foram abertos créditos por excesso de arrecadação.

Quadro 8

APURAÇÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS – EXERCÍCIO DE 2014	
Receita Arrecadada	R\$ 18.839.073,86
Receita Prevista na LOA	R\$ 18.743.474,80
Previsão de arrecadação do FUNDEB	R\$ 3.166.355,00
Receita Arrecadada FUNDEB 2014	R\$ 3.424.606,55
(=) Excesso de arrecadação líquida do FUNDEB	R\$ 258.254,55
Efetivamente utilizado do FUNDEB	R\$ 254.032,35

Excesso de Arrecadação por Fonte – Recursos Ordinários	R\$ 1.021.170,89
Efetivamente utilizado	R\$ 1.020.851,73
(-) Total de Créditos Adicionais abertos por excesso de arrecadação	R\$ 1.274.884,09
(=) Diferença a Maior ou a Menor	R\$ 4.541,35

4.4.5. Superávit financeiro utilizado para a abertura de créditos adicionais

No exercício de 2014, não foram abertos créditos por superávit financeiro.

4.4.6. Operações de crédito utilizadas para a abertura de créditos adicionais

No exercício de 2014, foi utilizado recurso de operações de crédito para abertura de créditos adicionais, no valor de R\$ 147.453,93 (cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e noventa e três centavos).

4.5. Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Promoveu-se uma análise horizontal e vertical da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos, conforme a seguir:

Quadro 10

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA								
EXERCÍCIOS DE 2012, 2013 e 2014.								
EXERCÍCIOS	2012		2013			2014		
ESPECIFICAÇÃO	Arrecadação (R\$)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	15.609.876,61	93,48	15.225.284,39	-2,47	87,32	17.098.368,06	12,31	90,77
Receitas de Capital	723.940,50	6,52	2.210.885,87	205,39	12,68	1.740.705,80	-21,26	9,23
TOTAL	16.697.205,85	100	17.436.170,26	4,42	100	18.839.073,86	8,05	100

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

Constatou-se que as Receitas Correntes participaram com 90,77% (noventa vírgula setenta e sete por cento) das receitas orçamentárias, cabendo às Receitas de Capital o percentual de 9,23% (nove vírgula vinte e três por cento).

Percebe-se a partir do quadro acima que a receita corrente apresentou um aumento da ordem de 12,31% (doze vírgula trinta e um por cento).

Esclarece-se que tal fato se deve ao aumento da arrecadação municipal, neste exercício.

As receitas de capital diminuiram em 21,26% (vinte e um vírgula vinte e seis por cento) em função da diminuição da liberação de convênio no exercício de 2014.

4.6. Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Elaborou-se também uma análise horizontal e vertical na despesa orçamentária realizada nos últimos três anos, conforme a seguir:

Quadro 11

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA								
EXERCÍCIOS DE 2012, 2013 e 2014								
EXERCÍCIOS	2012		2013			2014		
ESPECIFICAÇÃO	Realizada (R\$)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)
Despesa Corrente	14.652.733,01	87,81	15.378.602,07	4,95	85,92	16.121.022,76	4,83	82,65
Despesa de Capital	2.044.472,84	12,19	2.518.589,71	23,19	14,08	3.384.698,79	34,39	17,35
TOTAL	16.697.205,85	100	17.897.191,78	7,18	100	19.505.721,55	8,99	100

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

Diante do demonstrado, pode-se constatar que os gastos na categoria econômica Despesas Correntes elevaram no exercício de 2014 em relação aos exercícios anteriores em função de maiores despesas com manutenção e tendo em vista o aumento na arrecadação e maiores investimentos, com relação aos exercícios anteriores.

4.7. Reserva de Contingência

Como não ocorreu nenhum fato relacionado a risco fiscal ou passivo contingente, a reserva de contingência não foi utilizada.

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra-orçamentária ocorridos no exercício de 2014, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese, a execução financeira no exercício financeiro de 2014 assim pode ser demonstrada:

Quadro 12

BALANÇO FINANCEIRO			
EXERCÍCIO 2014			
INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
(R\$)		(R\$)	
Orçamentários	18.839.073,86	Orçamentários	19.505.721,55
Extra-orçamentários	2.866.835,68	Extra-orçamentários	2.416.455,23
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	
SOMA	21.705.909,54	SOMA	21.922.176,78
Disponível no Período Anterior	689.048,20	Disponível para o Período Seguinte	472.780,96
TOTAL	22.394.957,74	TOTAL	22.394.957,74

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- As receitas foram registradas pelo Regime de Caixa e as despesas pelo Regime de Competência;
- O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- O boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- Os recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas, sendo que os saldos não aplicados mantiveram-se na conta bancária vinculada para ser aplicado no exercício seguinte, conforme determina o parágrafo único, do art. 8º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Os rendimentos de aplicações financeiras de recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas;
- As aplicações financeiras foram realizadas somente nos seguintes bancos oficiais, conforme determina o § 3º, art. 164, da Constituição da República:
 - Banco do Brasil
 - Caixa Econômica Federal
- As despesas orçamentárias pendentes de quitação até o dia 31/12 foram inscritas em Restos a Pagar, utilizando-se como contrapartida a receita extra-orçamentária;

- O balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

De forma resumida, assim pode ser demonstrado o patrimônio do Município nos exercícios de 2013 e 2014:

6.1. Comparativo do Balanço Patrimonial

Quadro 13

COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL					
EXERCÍCIOS DE 2013 e 2014					
ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2013 (R\$)	2014 (R\$)	TÍTULOS	2013 (R\$)	2014 (R\$)
Financeiro	697.953,71	520.633,13	Financeiro	841.860,67	1.995.974,67
Permanente	7.087.990,92	7.405.367,60	Permanente	219.704,66	82.286,83
Créditos	1.778,15	29.336,74			
Soma do Ativo Real	6.459.278,20	7.955.337,47	Soma do Passivo Real	1.061.565,33	2.078.261,50
Passivo Real a Desc.			Ativo Real Líquido	5.397.712,87	5.877.075,97
Compensado			Compensado		
TOTAL	6.459.278,20	7.955.337,47	TOTAL	6.459.278,20	7.955.337,47

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe das contas representativas dos bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial da entidade - patrimônio líquido.

Os saldos iniciais de todas as contas são idênticos ao saldo final apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Ativo Financeiro

- Caixa – em 31/12/2014 não foi verificada nenhuma em caixa, conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e no Termo de Conferência de Caixa em 31/12.
- Bancos - os saldos dos bancos conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12.
- Devedores Diversos - o saldo de devedores diversos conferem com os créditos da entidade com terceiros de curto prazo.

Ativo Permanente

- Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial - os saldos dos Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12, sendo que os bens incorporados e desincorporados estão especificados na relação denominada Demonstrativo dos Bens Incorporados e Desincorporados. Constatou-se que é mantido de forma organizada o registro analítico dos bens de natureza permanente, que há controle de incorporações e desincorporações e que o inventário analítico foi elaborado de acordo com as exigências legais.
- Almojarifado – não existe almojarifado.
- Dívida Ativa Tributária - o saldo da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação em 31/12/2014, embora o município tenha dificuldade de ajuizar ações de cobranças de IPTU, por motivo da área do município estar pendente de regularização junto a Paróquia. Todo a área urbana, consta em registro no Cartório de Registro de Imóveis, como de propriedade da Paróquia de Pedra Bonita.

Passivo Financeiro

- Restos a pagar de 2014 – os valores demonstrados no Balanço Patrimonial e no Memorial de Restos a Pagar, estão em igualdade de valores.
- Restos a Pagar de exercícios anteriores - os saldos dos Restos a Pagar dos exercícios anteriores conferem com as respectivas notas de empenhos a pagar.
- Depósitos - os saldos dos Depósitos em consignação conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo.

Passivo Permanente

- Dívida Fundada Interna - os saldos dos empréstimos, financiamentos e parcelamentos conferem com as Certidões/Declarações expedidas pelas entidades credoras em 31/12.

Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial é a diferença entre a soma do Ativo Real e a soma do Passivo Real. Quando a diferença é positiva apura-se o Ativo Real Líquido, caso contrário apura-se o Passivo Real a Descoberto.

Em 2014, apurou-se um Ativo Real Líquido de R\$ 5.877.075,97 (cinco milhões, oitocentos e setenta e sete mil, setenta e cinco reais e noventa e sete centavos).

6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

Quadro 14

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
EXERCÍCIO DE 2014			
VARIAÇÕES ATIVAS	VALOR (R\$)	VARIAÇÕES PASSIVAS	VALOR (R\$)
Resultantes da Execução Orçamentária	18.839.073,86	Resultantes da Execução Orçamentária	19.505.721,55
Receita Orçamentária	18.376.335,75	Despesa Orçamentária	19.505.721,55
Mutações Patrimoniais	462.738,11	Mutações Patrimoniais	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	814.246,90	Independentes da Execução Orçamentária	632.441,41
Total das Variações Ativas	20.116.058,87	Total das Variações Passivas	20.138.162,96
Déficit	22.104,09	Superávit	0,00
Total Geral	20.138.162,96	Total Geral	20.138.162,96

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício, resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado no exercício.

Mutações Patrimoniais - Ativas

- O total de bens móveis incorporados por aquisição confere com o total da despesa realizada no elemento 4490.52 – Equipamentos e Material Permanente;
- O total de bens imóveis de domínio patrimonial incorporados por aquisição e construção confere com a despesa realizada nos elementos 4490.51 – Obras e Instalações, 4490.61 – Aquisição de Imóveis e 4590.61 – Aquisição de Imóveis.

Independentes da Execução Orçamentária - Ativas

- Os valores de incorporações de bens por verificação, recadastramento, transferências e doações conferem com a Demonstração dos Bens Incorporados;
- O valor da inscrição da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação;
- O valor da atualização da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação.

Independentes da Execução Orçamentária - Passivas

- O valor da atualização da Dívida Fundada confere com a declaração/certidão da entidade credora.

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Ativas e as Passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício.

Em 2014, apurou-se um déficit de R\$ 22.104,09 (vinte e dois mil, cento e quatro reais e nove centavos).

6.3. Demonstração da Dívida Fundada Interna

Quadro 15

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA				
EXERCÍCIO DE 2014				
TÍTULOS	Saldo Anterior	Emissão Atualização	Resgate Cancelamento	Saldo Atual
Por Contratos	219.704,66	0,00	137.417,83	82.286,83
Por Títulos				
Total Geral	219.704,66	0,00	137.417,83	82.286,83

Nota: Neste quadro estão consolidados os todos valores da Administração Direta.

Este quadro demonstra a dívida de longo prazo, ou seja, a dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. Todas as obrigações de longo prazo (empréstimos, financiamentos e parcelamentos) estão corretamente demonstradas na Dívida Fundada.

- O saldo anterior apresentado na Demonstração da Dívida Fundada, confere com o saldo apurado no final do ano anterior.

6.4. Limites da Dívida

Quadro 16

APURAÇÃO DOS LIMITES DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
EXERCÍCIO DE 2014		
TÍTULOS	2013 (R\$)	2014 (R\$)
Dívida Consolidada Líquida (A)	219.704,66	82.286,83
Receita Corrente Líquida (B)	15.225.284,39	17.098.368,06
Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (A / B)	0,01	0,01
Limite de máximo de endividamento em 2010 (1,2 ou o índice apurado conforme artigos 3º e 4º da Resolução 40/01 do Senado Federal e suas alterações.)		

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

No exercício de 2001 a Dívida Consolidada Líquida do Município correspondia a menos de 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida, mantendo-se abaixo deste fator no exercício de 2013, estando, portanto, dentro dos limites permitidos pela Resolução 40, de 20/12/2001, do Senado Federal.

6.5. Demonstração da Dívida Flutuante

Quadro 17

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE						
EXERCÍCIO DE 2014						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
Restos a Pagar – Exercício 2003	32.575,18	0,00	0,00	0,00	0,00	32.575,18
Restos a Pagar – Exercício 2004	15.734,80	0,00	0,00	0,00	0,00	15.734,80
Restos a Pagar – Exercício 2008	978,02	0,00	0,00	0,00	0,00	978,02
Restos a Pagar – Exercício 2013	640.577,68	0,00	0,00	483.410,82	0,00	157.166,86
Restos a Pagar – Exercício de 2014	0,00	1.691.460,43	0,00	0,00	0,00	1.691.460,43
INSS	179.069,05	512.198,60	0,00	601.389,29	0,00	89.878,36
Empréstimo Caixa Econômica Federal	5.990,46	122.143,57	0,00	125.532,12	0,00	2.601,91
ISSQN	1.852,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1.852,53
Descontos SEST/SENAT	9.297,95	3.329,26	0,00	9.277,95	0,00	3.349,26
Débitos a Regularizar	13,05	0,00	0,00	13,05	0,00	0,00
Empréstimo – Banco do Brasil S/A	-3.312,24	7.438,14	0,00	3.980,66	0,00	145,24
Convênio Banco Bradesco	17.591,91	395.723,89	0,00	413.083,72	0,00	232,08
Total Geral	900.368,39	2.732.293,89	0,00	1.636.687,61	0,00	1.995.974,67

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todas as obrigações do Município de curto prazo (Restos a Pagar, Serviços da Dívida a Pagar, Depósitos, Débitos de Tesouraria) estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior e o valor.
- O valor das inscrições confere com as receitas extra-orçamentárias e o valor das baixas confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

6.6. Demonstração dos Devedores Diversos

Quadro 18

DEMONSTRAÇÃO DOS DEVEDORES DIVERSOS						
EXERCÍCIO DE 2014						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
SALÁRIO MATERNIDADE	29.511,84	60.324,76	0,00	60.923,87	0,00	28.912,73
SALÁRIO FAMÍLIA	15.680,36	51.445,55	0,00	48.911,64	0,00	18.214,27
ASPEMG	-133,84	2.510,99	0,00	2.047,98	0,00	329,17
REPASSE CONS. INTERM. DE SAÚDE	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00
EMASP	-432,63	5.486,32	0,00	4.658,30	0,00	395,39
Total Geral	62.625,73	119.767,62	0,00	134.541,79	0,00	47.851,56

Nota: Neste quadro estão consolidados os todos valores da Administração Direta.

Este quadro demonstra os créditos de curto prazo, ou seja, os créditos com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todos os créditos do Município de curto prazo estão corretamente demonstrados no quadro Devedores Diversos.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.
- O valor das inscrições confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.
- O valor das baixas confere com as receitas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

6.7. Inventário Geral Analítico

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico de 31/12/2014 guardam paridade com as demais demonstrações contábeis.

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico podem ser comprovados através de extratos, conciliações, declarações, carga patrimonial, certidões e outros documentos hábeis.

6.8. Análise dos Índices das Contas Públicas

Quadro 19

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
TÍTULOS	2013	2014
Disponível em Caixa e Bancos (A)	689.048,20	472.781,57
Passivo Financeiro (B)	841.860,67	1.995.974,67
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	0,81	0,24

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

** Indica que para cada **R\$1,00** de dívida a curto prazo no dia 31/12/2014, a Prefeitura possuía disponível em Caixa e Bancos **R\$ 0,24**.

Quadro 20

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE		
TÍTULOS	2013	2014
Ativo Financeiro (A)	697.953,71	520.633,13
Passivo Financeiro (B)	841.860,67	1.995.974,67
Índice de Liquidez Corrente (A/B)	0,82	0,27

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

** Indica que para cada **R\$1,00** de Passivo Financeiro no dia 31/12/2014, a Prefeitura possuía disponível **R\$ 0,27**.

Quadro 21

ÍNDICE DE LIQUIDEZ REAL		
TÍTULOS	2013	2014
Ativo Real (A)	5.397.712,87	5.877.075,97
Passivo Real (B)	1.061.565,33	2.078.261,50
Índice de Liquidez Real (A/B)	5,08	2,83

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

** Indica que para cada **R\$1,00** de compromisso a curto, médio e longo prazo no dia 31/12/2014, a Prefeitura possuía **R\$ 2,83** de ativo real.

Os índices de pronta liquidez e imediata diminuíram em 2014 quando comparados com os índices apresentados em 2013, o que demonstra que a Administração está tendo dificuldades para manter o equilíbrio das contas públicas.

7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito

Foi realizada Operação de Crédito no exercício de 2014 no valor de R\$ 1.083.853,93 – (hum milhão, oitenta e três mil, oitocentos e cinquenta e três reais e noventa e três centavos), conforme Lei Municipal nº.331/2013 de 27/06/2013, junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – Programa BDMG Urbaniza.

8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

◆ Prefeitura

Quanto aos Restos a Pagar inscritos no exercício, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de R\$ 1.691.460,43 (hum milhão, seiscentos e noventa e um mil, quatrocentos e sessenta reais e quarenta e três centavos), sendo R\$ 1.336.566,92 (hum milhão, trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos) processados e R\$ 354.893,51 (trezentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e noventa e três reais e cinquenta e um centavos) não processados.

◆ Câmara Municipal

Não ficaram restos a pagar no exercício.

9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal

Quadro 22

DESPESA TOTAL COM PESSOAL EXERCÍCIO DE 2014		
TÍTULOS	R\$	%
Receita Corrente Líquida (A)	17.098.368,06	
Gastos com Pessoal do Município (B) (percentual = B/A x 100)	9.292.111,92	54,35
Gastos com Pessoal do Poder Executivo (C) (percentual = C/A x 100)	8.803.807,96	51,49
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo (D) (percentual = D/A x 100)	488.303,96	2,86

Nota: Neste Quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, conforme determina o § 2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os gastos com pessoal do Município não poderão exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que os gastos do Poder Legislativo não poderão exceder a 6% e os do Poder Executivo a 54%. Demonstra-se no quadro acima os gastos com pessoal realizados pelo Município, o qual evidencia o cumprimento da norma legal.

10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais, da lei orgânica do município e demais legislações pertinentes.

10.1. Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino

Quadro 23

APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
EXERCÍCIO DE 2014	
TÍTULOS	VALOR (R\$) e PERCENTUAL (%)
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	13.038.411,60
Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Infantil, Fundamental, Especial, Educação de Jovens e Adultos) (B)	3.985.541,24
Percentual Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (B/A) *100%	30,56%

Conforme pode ser observado, os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino foram superiores a 25% (vinte e cinco por cento) da base de cálculo, atendendo o disposto no art. 212 da Constituição da República e o art. 69 da Lei nº 9.394/1996.

10.2. Aplicação dos Recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Quadro 24

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EXERCÍCIO DE 2014	
TÍTULOS	VALOR (R\$)
Receitas Recebidas no Exercício (incluindo aplicações financeiras) (A)	3.440.972,42
Despesas Empenhadas no Exercício (B)	3.440.972,42
Percentual dos Recursos Recebidos e Aplicados no Exercício [C = B/A * 100%]	100,00%
Despesas Empenhadas no Exercício c/a Remuneração dos Profis.Magistério (D)	2.206.144,15
Percentual Aplicado na Remuneração dos Profissionais do Magistério [E = (D/A) * 100%]	64,11%

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos Profissionais do Magistério com recursos do FUNDEB superaram o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da receita arrecadada, atendendo a determinação do art. 22 da Lei nº 11.494/2007.

Os recursos recebidos do FUNDEB no exercício de 2014 foram aplicados no próprio exercício.

10.3. Ensino Médio e Superior

O Município, no exercício de 2014, atuou prioritariamente no ensino fundamental e no ensino infantil.

11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, definiu que o limite a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde deverá ser equivalente a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências, a partir do exercício de 2004.

No quadro seguinte são demonstradas a base de cálculo e as despesas realizadas na saúde.

Quadro 25

APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		
EXERCÍCIO DE 2014		
TÍTULOS	VALOR	%
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	R\$ 13.038.411,60	100%
Gastos nas Ações e Serv. Públicos de Saúde com recursos próprios (B) [percentual = (B/A) * 100]	R\$ 2.593.184,56	19,88%

No exercício de 2014 o Município aplicou, nas ações e serviços públicos de saúde, com recursos próprios o percentual de 19,88% - (dezenove vírgula oitenta e oito por cento) da base de cálculo, atendendo assim a exigência legal, que estipula o mínimo de 15%.

12. Análise da observância do disposto no artigo 29-A da Constituição da República, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo

Quadro 26

REPASSES EFETUADOS AO PODER LEGISLATIVO			
EXERCÍCIO DE 2014			
Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias, arrecadadas em 2013.	Limite Máximo de Repasses em 2013: 7% das receitas arrecadadas em 2013, conforme primeira coluna.	Valor do Repasse Previsto na Lei Orçamentária Anual (Proporção fixada na LOA)	Repasse Realizado
R\$ 11.380.726,12	R\$ 796.650,83	R\$ 660.000,00	R\$ 660.000,00

É oportuno observar que, de acordo com o art. 29-A da Constituição da República, o total das despesas do Poder Legislativo dos Municípios não poderá ultrapassar o limite máximo, de acordo com a população de cada Município, das receitas tributárias e das transferências constitucionais efetivamente arrecadadas no exercício imediatamente anterior, conforme determina o art. 29-A da Constituição da República.

Observa-se que efetuar repasse ao Poder Legislativo acima do limite máximo constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, assim como também realizar repasses inferiores à proporção fixada na Lei Orçamentária, nos termos, respectivamente, dos incisos I e III, do § 2º, do art. 29-A da Constituição da República.

Os repasses ao Poder Legislativo totalizaram o montante de R\$ 660.000,00 – (seiscentos e sessenta mil reais) no exercício financeiro de 2014. Considerando que o total da receita tributária, transferências constitucionais, receita da dívida ativa

tributária, multas e juros decorrentes de receitas tributárias, arrecadadas em 2013, totalizaram R\$ 11.380.726,12 (onze milhões, trezentos e oitenta mil, setecentos e vinte e seis reais e doze centavos) e que a população do Município é de 6.673 habitantes, depreende-se que o limite máximo de repasses era o que foi realizado e que, portanto, foi obedecido o limite máximo permitido.

Quanto ao limite mínimo de repasses ao Poder Legislativo no exercício de 2014, esclarece-se que ele corresponde ao percentual de 7% da Receita Base de 2013, conforme determinação legal.

Considerando que as despesas da Câmara foram fixadas no montante de R\$ 660.000,00 – (seiscentos e sessenta mil reais) para o exercício de 2014, ficou menor que o limite mínimo de repasses para aquele exercício, conforme determina o inciso II, do § 2º, do art. 29-A da Constituição da República, o qual também foi cumprido.

13. Conclusão

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificou-se que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a *Instrução Normativa nº 007/2007* e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

O Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Pedra Bonita, acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2014.

Trabalhou-se de forma integrada junto ao controle interno das demais entidades pertencentes a este Município e acompanhou de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, e a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.

Por meio dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que todas as recomendações/determinações expedidas por este sistema de controle interno foram objetos de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Nos trabalhos examinaram-se os controles internos administrativos desta entidade, com base nos procedimentos e técnicas utilizadas, e concluiu-se que os mesmos estão devidamente adequados e aderentes às normas internas do órgão controlado.

Finalmente, procedeu-se ao exame do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2014, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade da administração. Verificou-se o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Comparativo do Balanço Patrimonial, Demonstração da Dívida Flutuante, Demonstração dos Devedores Diversos, Demonstração da Dívida Fundada, Demonstração dos Bens Incorporados e Desincorporados, Inventário Geral Analítico, Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEF e sua Aplicação, Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, Demonstrativo dos Limites de Repasses ao Poder Legislativo e demais demonstrações contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Prefeitura e Câmara em 31 de dezembro de 2014, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Pedra Bonita, 24 de março de 2015.

Petterson Luiz Nascimento Ribeiro
CPF: 063.499.466-26